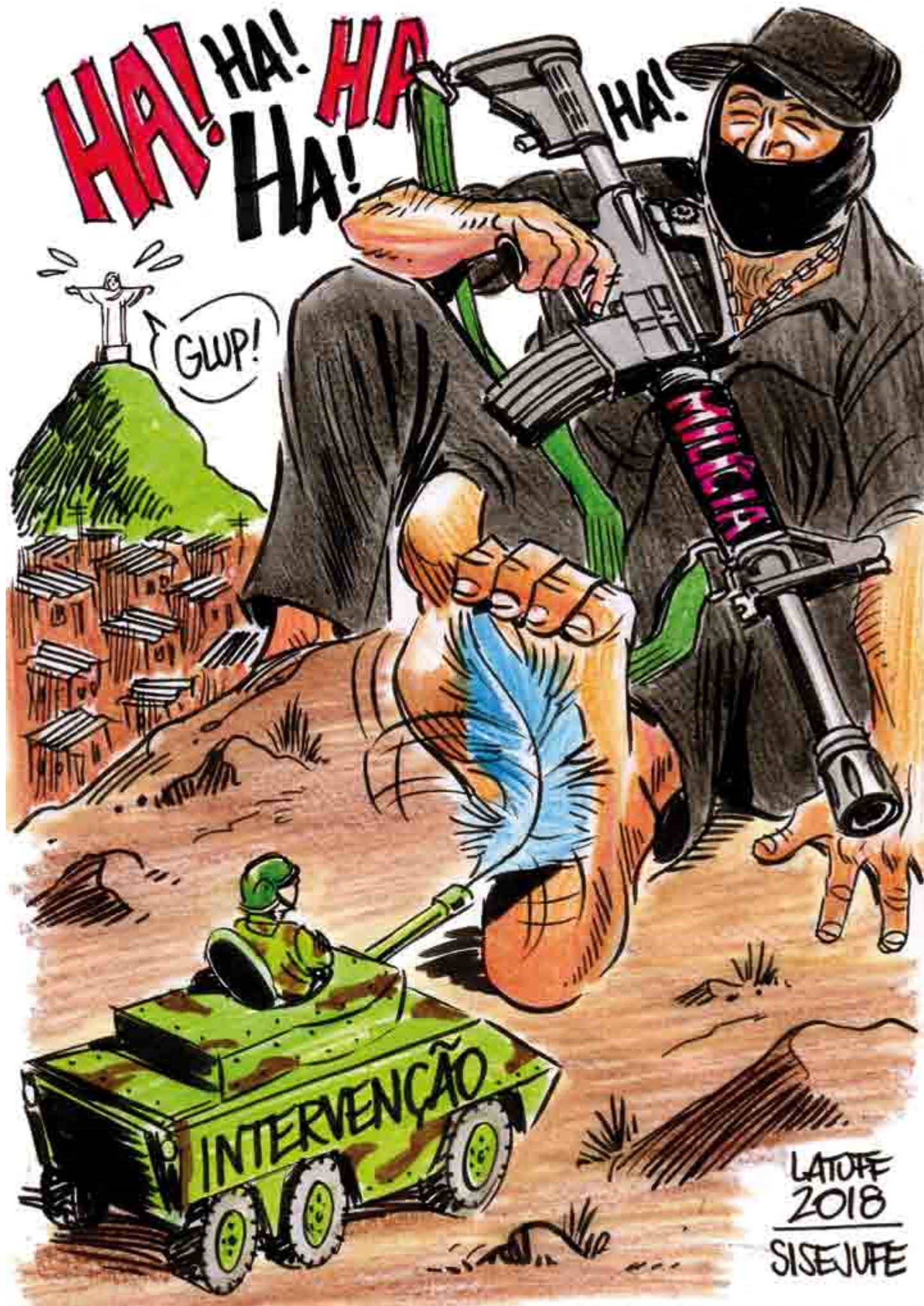


Ideias

EM REVISTA

Revista bimestral do Sindicato dos Servidores das
Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro
ANO XII – nº 47 – Maio de 2018

**Rio, cidade violentada
e sob Intervenção**



Mesmo com intervenção, nenhum direito a menos

O país vive um desastre político, econômico e social trazido pelo projeto neoliberal, conjugado com a mais abjeta submissão aos interesses internacionais. Vemos uma empresa estratégica como a Embraer sendo entregue, de mão beijada, a uma empresa estadunidense vinculada claramente ao complexo industrial-militar da potência do Norte. O Pré-sal passou para as mãos de empresas estrangeiras, destruindo o sonho de financiar a Educação.

Os servidores públicos do Judiciário Federal junto com outros trabalhadores do setor público e da iniciativa privada enfrentaram todas as contrarreformas desse governo ilegítimo. As mobilizações e a pressão sobre os parlamentares acuraram o governo que foi modificando seu projeto de reforma da Previdência até ficar claro que não obteria os votos necessários. Ante a derrota política iminente, o governo mais impopular da História tirou uma carta da manga de consequências imprevisíveis e que pode aumentar ainda mais a repressão que já vivemos: a intervenção federal no Rio de Janeiro.

Houve uma tentativa de mudança na agenda negativa do governo para recuperar a popularidade, mas se revelou, inequivocamente, em um experimento de controle e repressão nas comunidades e, mesmo, em movimentos sociais.

Primeiro, é preciso destacar que a situação calamitosa do Rio é fruto de anos de desgoverno do MDB (ex-PMDB), partido de Michel Temer, que, para além da corrupção, fez opções políticas e econômicas em favor de aliados e empresários, privatizando o estado fluminense. Essa conjuntura desastrosa foi aprofundada pela política do governo federal que impôs um pacote de medidas selvagens ao estado em troca de migalhas de apoio e que sequer solucionaram a crise.

A primeira intervenção federal sob a égide da Constituição de 1988, sob o manto do suposto combate à violência e ao, assim chamado, crime organizado, traz consigo elementos extremamente preocupantes.

É inegável o crescimento da criminalidade e, especialmente, da sensação de insegurança e impotência da cidadania. Entretanto, o Rio, tanto a capital quanto o estado, está longe de ser dos mais violentos. Por outro lado, muitos outros setores do governo estadual estão em colapso, mas não mereceram a mesma preocupação. A intervenção não deveria ter caráter militar, mas o que vemos é o contrário: o novo secretário de Segurança, ao qual estão submetidas as polícias Civil e Militar, é um general, o novo ministro da Defesa é outro general, o linguajar sobre a questão da segurança e combate à violência passou a ser militar. Abusos e violações por parte das tropas interventoras estarão submetidos à Justiça Militar, um presente dado pelo governo Temer, em um claro retrocesso nessa questão. O governo quer usar mandados de busca coletivos (direcionados somente contra as comunidades do Rio), uma aberração que rasga não apenas a Constituição Federal, mas, também, tratados internacionais básicos.

Não bastasse isso, o que se vê após a intervenção é algo revelador. Após semanas, meses, nenhum resultado concreto de diminuição da violência, pelo contrário, agora uma nova facção do narcotráfico entrou no Rio. As comunidades voltam a sofrer, novamente, a ocupação militar, ainda que temporária, com revistas aleatórias inclusive em crianças, sem qualquer apreensão significativa. Os casos de arrastões, balas perdidas, assaltos seguem inabaláveis.

E quanto a nós? Vemos que está se aproveitando essa intervenção, dentro da lógica do Estado de Exceção que vivemos, com outros fins. Sindicato dos professores sendo invadido por policiais quando se preparava para organizar um protesto. Tentativa do Congresso de enquadrar movimentos sociais como terroristas. Censura governamental na TV Brasil e no Carnaval carioca. Se antes víamos revoltados um servidor sendo chamado para depor na Polícia Federal por criticar a atuação de magistrado, hoje uma simples manifestação de servidores contra o desmonte de um Tribunal é filmada e fotografada por ordens superiores. Decisões autoritárias e unilaterais das administrações contribuem para o desmonte do Judiciário e a desmotivação e angústia dos servidores aumentando a evasão, as licenças médicas e a sensação de não pertencimento ao órgão.

É preciso entender que tudo isso está interligado, uma vez que as arbitrariedades e políticas do governo Temer de desmonte do Estado e do pacto social construídos pela Constituição de 1988, com a cumplicidade da maioria do Congresso e a omissão ou chancela do Supremo Tribunal Federal (STF), estimulam ou encontram eco em outros setores, como do próprio Judiciário Federal. Não há mais segurança jurídica alguma, a retirada de direitos e garantias nos remete para o início do século XX, ou até antes, e a submissão aos interesses políticos e econômicos das oligarquias se aprofundam.

É nossa tarefa, permanente, nos juntarmos aos demais trabalhadores, movimentos sociais e entidades representativas para defender a democracia e a Constituição, resistindo a esses golpes diários e sistemáticos contra o povo e o país.

Nenhum direito a menos!

SISEJUFE
Filiado à Fenajufe

SEDE: Avenida Presidente Vargas 509, 11º andar – Centro – Rio de Janeiro-RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443 – PORTAL: <http://sisejufe.org.br>
ENDEREÇO ELETRÔNICO: imprensa@sisejufe.org.br



DIRETORIA: DIRETORIA: osta Cruz, Carlos Henrique Ramos da Silva, Claudio Vieira Amorim, Deise de Andrade Azevedo, Dulavim de Oliveira Lima Junior, Fabio Filardi da Silva, Fernanda Guimarães Lauria, Helena Guimarães Cruz, Iuri Barbosa Matos Peixoto, Joel Lima de Farias, José Fonseca dos Santos, José Ricardo de Almeida Horta, Jovelina Alves da Silva, Laura Diogenes de Oliveira e Silva, Lucas Ferreira Costa, Lucena Pacheco Martins, Lucilene Lima Araujo de Jesus, Luis Amauri Pinheiro de Souza, Marcelo Costa Neres, Maria Cristina Barbosa Mendes, Maria Eunice Barbosa da Silva, Mariana Abreu Petersen da Rocha, Mariana Ornelas de Araujo Goes Liria, Mario Cesar Pacheco Dias Gonçalves, Maristela de Souza Vicente, Michel Carneiro da Silva, Mônica Cristina Santana de Jesus, Neli da Costa Rosa, Nilton Barbosa de Castro, Nilton Alves Pinheiro, Ricardo de Azevedo Soares, Ricardo Loureiro Pinto, Ricardo Quiroga Vinhas, Ricardo Soares Valverde, Rodrigo Alcantara de Souza, Ronaldo Almeida das Virgens, Soraia Garcia Marca, Valter Nogueira Alves **ASSESSORIA POLÍTICA:** Vera Miranda.

CONSELHO EDITORIAL: Deise de Andrade Azevedo, José Ricardo de Almeida Horta, Lucena Pacheco Martins, Luis Amauri Pinheiro de Souza, Mariana Ornelas de Araújo Góes Liria, Ricardo Quiroga Vinhas, Soraia Garcia Marca, Valter Nogueira Alves, Vera Miranda, Fortunato Mauro e Max Leone

IDEIAS EM REVISTA – REDAÇÃO: Cristiane Vianna Amaral (MTE/RS 8685) – Fortunato Mauro (MTb 20732) – Max Leone (MTb RJ 19002/JP)
EDIÇÃO: Fortunato Mauro – **DIAGRAMAÇÃO:** Deisedoris de Carvalho – **CHARGE:** Latuff
IMPRESSÃO: Gráfica Mec Editora Ltda. Tiragem: 6.000

“Os textos apresentados e veiculados nesta publicação, exceto os artigos assinados, são da inteira responsabilidade da diretoria do Sisejufe, não cabendo, portanto, a responsabilização dos profissionais de Jornalismo que o produzem pelos conceitos e opiniões aqui veiculados.”

A narrativa de crise permanente do Estado esconde a ausência de democracia

Cristiane Vianna Amaral*

Rubens Casara é um dos juizes do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) que ficaram conhecidos como “Os quatro de Copacabana”, em episódio no qual o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) passou a investigá-los por expressarem opinião contrária ao impedimento da então presidente da República Dilma Rousseff, em 2016.

Para o mestre em Ciências Sociais e doutor em Direito, a ideia de crise tornou-se um lugar comum para ocultar um novo modelo de Estado. O caráter pós-democrático desse Estado refere-se ao fim dos direitos e garantias fundamentais.

Em entrevista a Ideias em Revista, o autor de “Estado pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis” (Editora Civilização Brasileira, 2017) aponta que os cidadãos precisam arregaçar as mangas e, a partir do próprio remédio democrático, da participação popular na tomada de decisões e do respeito aos direitos fundamentais, das pessoas na rua discutido, rediscutindo ou voltando a discutir, construir condições objetivas para suplantar o Estado pós-democrático.

Ideias em Revista – O senhor afirma em seu livro que o Estado Democrático de Direito não está em crise, mas que já vivemos em um outro patamar, a partir da razão neoliberal. O que isso significa?

Rubens Casara – Crise, por definição, é um estado passageiro, no qual o antigo ainda não desapareceu, mas há a possibilidade de algo novo vir a surgir. Em sua origem é um termo médico, surgido na Grécia,

que retratava aquele momento em que o doente, a partir da evolução da própria doença, se recuperava ou morria. Hoje, ao ouvirmos falar da crise do Estado Democrático de Direito o que se quer é esconder uma mudança paradigmática. O discurso de uma crise permanente do Estado Democrático serve para esconder que não estamos mais vivendo uma quadra histórica democrática. A tese que eu defendo nesse livro é a de que o Estado Democrático de Direito foi superado por uma outra forma jurídica que é a do Estado pós-democrático, um Estado sem limites rígidos ao exercício do poder, em especial sem limites ao poder econômico. O Estado Democrático de Direito, que surge após a II Guerra Mundial, tinha como objetivo evitar a barbárie e sua principal característica era a existência de limites rígidos para o exercício do poder, de limites intransponíveis ao exercício de qualquer poder. O que estamos vendo no atual contexto histórico é que esses limites desapareceram. E isso se dá em razão daquilo que os franceses Pierre Dardot e Christian Laval chamam de “razão neoliberal”, que se tornou a nova racionalidade, o modo de ver e atuar no mundo: tudo e todos passam a ser vistos como mercadorias, portanto, como objetos negociáveis, descartáveis. Os direitos e garantias fundamentais, que eram os principais limites democráticos ao exercício do poder, hoje são relativizados, afastados sem pudor. Nesse contexto, desaparece a dimensão material da democracia, desaparecem os próprios valores democráticos. Direitos e garantias fundamentais passam a ser vistos como meros obstáculos transponíveis aos fins do mercado ou à eficiência repressiva do Estado. Uma eficiência



Tudo o que pode representar um obstáculo ao projeto neoliberal, na pós-democracia, passa a ser encarado como algo a ser destruído, algo a ser desmontado. Os exemplos não faltam: os ataques estruturais à Justiça Eleitoral, a chamada “flexibilização trabalhista”, que na verdade é um projeto de destruição dos direitos

repressiva, vale dizer, que é posta a serviço do projeto neoliberal. É preciso controlar, e, em muitos casos, eliminar os indesejáveis: aqueles que não interessam à luz da razão neoliberal porque não produzem ou

não tem capacidade de consumir e, também, os inimigos políticos do projeto neoliberal, inclusive os sindicatos e os movimentos sociais.

Ideias em Revista – Os sindicatos estariam entre os inimigos políticos

da lógica neoliberal, assim como os movimentos populares?

Rubens Casara – Sem dúvida, na pós-democracia, pessoas e entidades que resistem ao projeto de transformar a sociedade em um grande mercado, no qual o único objetivo é a acumulação de capital e a busca por lucros ilimitados, são consideradas indesejáveis. A expressão “pós-democracia” surge com Colin Crouch. Ele visava, com esse termo, dar conta do seguinte fenômeno: a existência de uma casca democrática, de uma aparência de legalidade, enquanto que, no fundo, as grandes decisões políticas deixam de atender à vontade do povo e passam a ser tomadas pelas grandes corporações econômicas e financeiras, isso em completa desconsideração das manifestações populares e da pressão legítima que historicamente foi exercida pelos sindicatos e movimentos populares. Para evitar a atuação política dos sindicatos, eles são demonizados e enfraquecidos na pós-democracia. Mais do que isso, os sindicatos passam a ser vistos, pelos detentores do poder econômico, como um obstáculo ao projeto neoliberal que precisa ser cooptado ou destruído. Tanto o voto popular quanto a pressão dos sindicatos tornam-se inconvenientes. Não é obra do acaso, portanto, os ataques que os sindicatos têm sofrido em todo mundo capitalista pelos titulares do poder político que, na pós-democracia, também são os titulares do poder econômico.

Ideias em Revista – O Estado pós-democrático também aposta na exclusão dos indivíduos indesejados. No Brasil, isso acontece pelo encarceramento e também pelo extermínio, promovido tanto

por agentes estatais, quanto por agentes particulares ou por milícias. Marielle Franco, vítima de uma execução brutal, era uma indesejada? Esse crime pode estar relacionado à intervenção militar instalada no estado do Rio de Janeiro?

Rubens Casara – Marielle personificava a pluralidade democrática que se revela insuportável à coalizão de forças que une os detentores do poder econômico aos neoconservadores. O neoconservadorismo e o pensamento autoritário, com altas doses de fascismo explícito, são fundamentais ao afastamento dos valores democráticos. E esse afastamento é condição de possibilidade da intervenção de natureza militar na Segurança Pública do Rio de Janeiro se insere nesse movimento político em direção às camadas mais conservadoras da população, em especial a parcela da classe média de orientação profascista, que se mostra incapaz de qualquer reflexão crítica e aposta sempre em respostas de força em detrimento do conhecimento. Marielle era a negação tanto do ideal neoliberal quanto dos valores conservadores. Uma mulher negra, favelada, bissexual, empoderada e radicalmente comprometida com uma política voltada aos mais pobres e à defesa dos direitos humanos. Marielle era a prova de que um outro mundo é possível. Então, respondendo à tua pergunta: sim, Marielle era uma indesejada à luz da racionalidade neoliberal.

Ideias em Revista – A Justiça Eleitoral, guardião do voto, os tribunais regionais eleitorais têm sido sucateados e seus servidores vêm sofrendo muitas pressões. Esses

A construção comum de uma saída democrática passa, então, por desnudar essa e todas as demais formas de opressão, passa também por resgatar o diálogo e construir uma consciência moral que se oponha à barbárie

ataques também fazem parte da racionalidade neoliberal?

Rubens Casara – Tudo o que pode representar um obstáculo ao projeto neoliberal, na pós-democracia, passa a ser encarado como algo a ser destruído, algo a ser desmontado. Os exemplos não faltam: os ataques estruturais à Justiça Eleitoral, a chamada “flexibilização trabalhista”, que na verdade é um projeto de destruição dos direitos e garantias previstos na legislação trabalhista, o projeto de reforma da Previdência Social etc. Tudo aquilo que possa reduzir os lucros dos detentores do poder econômico, limitar o potencial de expansão do capital, em especial do capital financeiro, segundo a lógica pós-democrática, deve ser descartado.

Ideias em Revista – Como os servidores públicos podem contribuir para garantir os direitos fundamentais dos cidadãos previstos em um regime democrático?

Rubens Casara – A solução passa por ressignificar os valores que condicionam nossa atuação no mundo, desmercantilizando-os e reconstruindo os limites democráticos. Se na pós-democracia todos os valores são tratados segundo a lógica das mercadorias, ou seja,

como “negociáveis”, nós temos que resgatar a percepção de que alguns valores, bens e interesses são inegociáveis, de que a dignidade da pessoa humana, por exemplo, é um limite intransponível aos desejos dos detentores do poder político e do poder econômico. A jornalista Naomi Klein lançou recentemente o livro “Não basta dizer não”. A nossa atuação como funcionários públicos, preocupados com o restabelecimento do Estado Democrático de Direito, passa muito pelo que a autora aponta em sua obra: é muito fácil se indignar com determinadas políticas pautadas pelo ideal neoliberal, mas, para além de dizer não a essas políticas, nós precisamos criar narrativas atrativas para disputar o jogo político. Nós temos que compreender o que está acontecendo, o motivo pelo qual o Estado Democrático de Direito foi posto de lado e, a partir dessa compreensão, pensar discursos e estratégias de atuação concretas, reais, para suplantar esse modelo. Nós precisamos mostrar ao cidadão que está sendo explorado – mas que em razão da ideologia não percebe a exploração –, que as coisas podem ser diferentes e, principalmente, melhores. Após identificarmos como chegamos até esse ponto em que se naturalizou a

A razão neoliberal, essa nova razão de mundo, assim como toda a ideologia, não é percebida enquanto tal. Isso faz com que pessoas que são oprimidas por esse modo de ver e atuar no mundo não percebam que estão sendo exploradas e que seus direitos estão a ser extintos diante de seus olhos

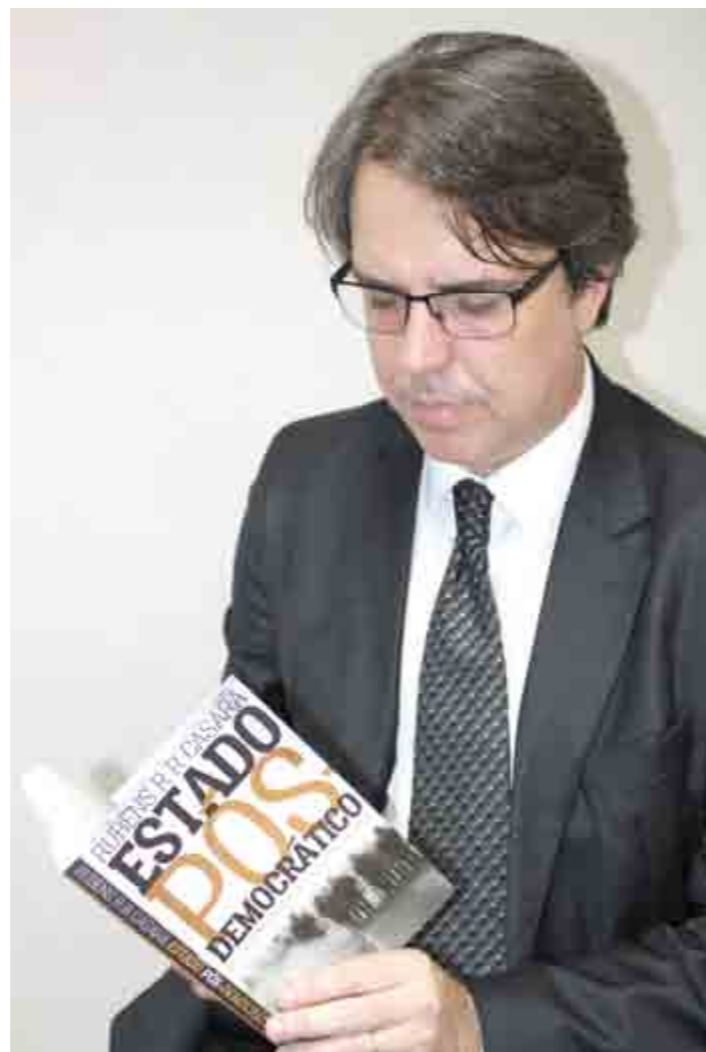
violação da democracia, é preciso encontrar um “comum” pelo qual valha a pena lutar. Penso que uma Educação para o respeito aos direitos e garantias fundamentais, que devem voltar a ser percebidos não apenas como conquistas civilizatórias, mas principalmente como limites à barbárie, é um primeiro passo na construção coletiva desse “comum”.

Ideias em Revista – No entanto, os servidores, assim como a população brasileira como um todo, encontram-se num estado de apatia. É possível mudar essa situação?

Rubens Casara – A razão neoliberal, essa nova razão de mundo, assim como toda a ideologia, não é percebida enquanto tal. Isso faz com que pessoas que são oprimidas por esse modo de ver e atuar no mundo não percebam que estão sendo exploradas e que seus direitos estão a ser extintos diante de seus olhos. Hoje é fácil encontrar na rua pessoas que são brutalmente exploradas, mas que foram levadas a acreditar que são uma espécie de “empresárias de si mesmas” e que, a partir da meritocracia, em breve, se tornarão os próximos milionários. O indivíduo foi levado a perceber o outro, não como alguém que sofre como ele, mas como um concorrente ou um inimigo a ser destruído. Com isso, desfaz-se a consciência de classe e os projetos fundados na solidariedade. Nós temos que desvelar essa ideologia, mostrar que existe uma estratégia de controle da população da qual as pessoas são vítimas inconscientes. O filósofo co-

reano Byung-ChulHan chama esse exercício de poder sobre as pessoas, que passam a contribuir para a sua própria exploração sem perceberem, de “psicopoder”. Esse é tão efetivo, ou mais, do que as manifestações do poder punitivo para controlar os indesejáveis. A construção comum de uma saída democrática passa, então, por desnudar essa e todas as demais formas de opressão, passa também por resgatar o diálogo e construir uma consciência moral que se oponha à barbárie. Precisamos, ainda, redescobrir categorias e pensadores que foram deixados de lado pela razão neoliberal por serem “perigosos”, por serem indesejáveis. Temos que voltar a estudar coisas como a ideologia e a luta de classes. Refletir sobre a origem da tradição autoritária em que o Brasil foi lançado, em especial sobre os efeitos da escravidão sobre nós. Resgatar a importância das utopias, afinal um outro mundo ainda é possível. Ler Theodor Adorno, Oswald de Andrade, Clara Zetkin, Walter Benjamin, Rosa Luxemburgo, Antonio Gramsci, Erich Fromm, Paulo Freire, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e tantos outros teóricos e teóricas que acreditavam na necessidade de um mundo melhor.

Ideias em Revista – No livro “Estado pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis” você critica a meritocracia e a lógica gerencial e eficientista, essa última, como entrave a qualquer pretensão da atividade jurídica voltar-se a realização de direitos



e garantias fundamentais. Como é possível alertar aos servidores sobre esses princípios que estão sendo introduzidos no serviço público em proveito do neoliberalismo?

Rubens Casara – Os servidores, cada um de nós, também foram lançados nessa linguagem e nessa tradição neoliberal autoritária e então passam a agir condicionados por esses valores, por essa tradição. Precisamos, primeiro, desvelar o que há de autoritário e de estratégia de dominação a agir sobre nós, para, em seguida, começar a construir uma tradição em sentido contrário, democrática, de respeito aos direitos de todos e todas, às diferenças, à alteridade, que parta do conhecimento e da compreensão dos problemas para encontrar, dentro de um projeto coletivo, uma saída. Por sermos seres lançados na linguagem, e a linguagem sempre antecipa sentidos, interpretamos ao agir no mundo. O resultado dessa interpretação sofre

vários condicionamentos, a maioria deles inconscientes. Devemos, para mudar o atual estado de coisas, nos interpretar, tentar localizar e identificar nossas pré-compreensões e preconceitos, para podermos interpretar e agir melhor. A razão neoliberal faz crer que o mundo não pode ser transformado, o conhecimento da História e a reflexão crítica permitem afirmar o contrário e agir concretamente para transformar o mundo. A compreensão de que se não houver mudanças a vida no planeta se torna insuportável e corre sérios riscos, é um primeiro passo para romper com a inércia e superar o projeto neoliberal.

Ideias em Revista – No mesmo sentido, o senhor afirma que a pós-democracia também induziria à produção massificada de decisões judiciais, a partir do uso de modelos padronizados como forma de aumentar a produtividade, agradar a uma

parcela de consumidores, já que as pessoas não são mais vistas como cidadãos, e estabilizar o mercado.

Rubens Casara – O Poder Judiciário no Estado pós-democrático, condicionado pela razão neoliberal, tem duas finalidades: por um lado, ele é um homologador das expectativas do mercado e, por outro, ele passa também a produzir mercadorias para um cidadão reduzido a mero consumidor. Essa lógica de produção massificada de decisões-mercadorias tem tomado conta do nosso serviço. E algumas mercadorias são, talvez, mais interessantes: as espetaculares. É possível perceber a transformação de vários casos judiciais em espetáculos que estão sendo exibidos e explorados pelos meios de comunicação de massa.

Ideias em Revista – O Estado Democrático de Direito nunca foi vivido plenamente pela grande maioria da população brasileira. Vários direitos previstos na Constituição nunca foram sequer regulamentados. Isso poderia, em parte, explicar o pouco valor que parte da população dá à defesa da democracia?

Rubens Casara – Isso faz com que, aqui em nosso país, ao contrário do que acontece, por exemplo, na França e na Inglaterra, a transformação do Estado Democrático de Direito em Estado Pós-democrático tenha se dado de uma maneira muito fácil. A transformação de um Estado democrático de baixa intensidade em um modelo pós-democrático se deu sem traumas. No Brasil, uma grande parcela da população nunca se sentiu, de fato, num Estado Democrático de Direito, e isso se explica em razão da natureza autoritária da sociedade brasileira, que foi forjada a partir da crença na possibilidade da hierarquização de pessoas. A escravidão nos legou a percepção de que existem pessoas que podem ser excluídas, eliminadas, tratadas como objeto. A tradição autoritária sempre fez com que o Estado Democrático de Direito no Brasil fosse de baixa intensidade. Quando

se fala que esse Estado foi superado pelo pós-democrático, o que se quer deixar claro é que, na atual quadra histórica, os valores democráticos desapareceram por completo do âmbito de preocupações dos agentes políticos ou são explicitamente tratados como objetos negociáveis. Hoje, os próprios limites semânticos que constam do texto da Constituição são ignorados sem pudor. Juízes violam a lei sem constrangimento.

A elite brasileira atua a partir do desejo de enriquecimento ilimitado e de uma visão de mundo que transforma o egoísmo em virtude

Pessoas são condenadas sem prova segura. Os valores da jurisdição democrática, a verdade e a liberdade são ignorados. Juízes morais, construídos à luz da razão neoliberal, substituem os juízes jurídicos. Isso é pós-democracia. Agora, é inegável que, em um Estado em que para uma grande parcela da população os direitos e garantias fundamentais nunca chegaram a ser concretizados, se tem uma facilidade muito maior de produzir essa mudança paradigmática em direção ao Estado pós-democrático.

Ideias em Revista – Em seu livro, você afirma que na pós-democracia as eleições se revelam uma fraude, um jogo de cartas marcadas, nos quais os detentores do poder econômico não apenas “compram” representantes, como guardam um trunfo para situações excepcionais como um resultado indesejado no processo eleitoral. A prisão do ex-presidente Lula, primeiro colocado nas pesquisas eleitorais

para a Presidência da República, faz parte dessa lógica? Qual o valor simbólico desse acontecimento?

Rubens Casara – A prisão do ex-presidente Lula ainda vai ser objeto de muitos estudos por tudo o que ela significa. É difícil negar a semelhança entre o contexto da prisão de Lula e o suicídio de Vargas, por exemplo, ou os nexos entre o processo que levou a essa prisão e o impeachment de Dilma Rousseff, dois processos marcados por várias denúncias de juristas em razão das atipicidades verificadas. Agora, por evidente, a prisão pode ser explicada à luz da racionalidade neoliberal e dos princípios que regem o Estado pós-democrático. Alguém que lesse o meu livro, publicado no final de 2017, sem atentar para a data da primeira edição, poderia pensar que ele foi escrito após a prisão do ex-presidente.

Ideias em Revista – A capa da edição de abril do “Le Monde Diplomatique Brasil” traz a pergunta “Eleições Ameaçadas?” Nesse sentido, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), instalou uma comissão

especial para analisar a proposta de Emenda Constitucional que estabelece a simultaneidade nas eleições para todos os cargos majoritários, abrindo o caminho para a anulação das eleições presidenciais de 2018, uma vez que a disputa poderia ocorrer apenas em 2020. O que poderia fazer com que a elite brasileira apoiasse essa medida?

Rubens Casara – A elite brasileira atua a partir do desejo de enriquecimento ilimitado e de uma visão de mundo que transforma o egoísmo em virtude. Se a elite, ou seja, quem detém o poder político e o poder econômico, não for capaz de produzir um candidato que assegure esses interesses egoístas, atuará para adiar o processo eleitoral. Não há que se estranhar, se não tivermos eleição nos próximos anos. Na pós-democracia, as eleições são apenas um detalhe, capaz de reforçar a “aparência de democracia”, mas estão longe de serem um fenômeno indispensável.

*Da Redação



Fórum Social Mundial 2018: resistir é criar, resistir é transformar

Cristiane Vianna Amaral*

Realizado entre 13 e 17 de março de 2018, na cidade de Salvador (BA) a XIII edição do Fórum Social Mundial (FSM) recebeu cerca de 60 mil pessoas vindas de 120 países que participaram de mais de 1.200 atividades em diversos territórios pela capital baiana, tendo como território principal o Campus Ondina da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

A abertura oficial aconteceu com uma grande concentração no bairro de Campo Grande e em seguida uma grande marcha no fim da tarde pelas principais avenidas do Centro da cidade. Era a Ciranda dos Povos, a Ciranda da Esperança, a Dança da Resistência, nas quais as pessoas, de diversas partes do mundo, com suas artes, suas cores, suas danças, suas faixas e seus tambores firmavam o propósito de resistir juntas.

Acreditando que um “Outro mundo é possível”, o tema que norteou as reflexões foi “Resistir é criar, resistir é transformar”. As convergências nas primeiras manifestações eram por Democracia, por mais direitos e dignidade, por liberdade, por respeito às diferenças e à pluralidade, por soberania e resistência. “As



Fotos: Divulgação

pessoas mostraram que estão atentas e dispostas a resistir aos golpes que estão ocorrendo no mundo e especialmente na América Latina, com o propósito de impedir o progresso social e bloquear as demandas por igualdade, impondo retrocessos para a classe trabalhadora e outros grupos em situação de vulnerabilidade”, avalia Eunice Barbosa, diretora do Sisejufe que esteve presente no FSM 2018, assim como Neli Rosa e Ricardo Valverde, também dirigentes do sindicato, e Anny Figueiredo, delegada sindical de base.

Para Eunice, a democracia reivindicada não é apenas uma ideia alheia e deslocada da vida real. Ela impõe a inclusão social pela Educação, o combate à miséria, a tolerância à diversidade, a ampliação da cobertura da Saúde e dos serviços públicos, a inserção habitacional, a participação na elaboração de

políticas, a valorização do salário mínimo, o reforço da formalização das relações no mundo do trabalho e não a sua precarização.

Inseridos na pauta de retrocessos e retirada de direitos da classe trabalhadora em execução por governos neoliberais e ilegítimos, o Sisejufe propôs um oficina, no FSM 2018, para tratar do desmonte do Judiciário. “Viemos trazer a nossa voz e a nossa disposição de resistir. Junto com os demais trabalhadores e trabalhadoras do mundo reafirmamos que não aceitaremos, passivos, o sucateamento das instituições e a precarização dos serviços judiciários materializada em projetos como a extinção das zonas eleitorais, unificação de secretarias sem qualquer estudo ou aprofundamento acerca de sua necessidade e viabilidade e desvalorização da Justiça do Trabalho, impedindo os cidadãos e as cidadãs mais pobres de exercerem seus direitos de participar dos processos democráticos de escolha de seus representantes e de terem pleno acesso à Justiça”, afirmou Eunice, defendendo a ação do sindicato no FSM.

Ela acredita que isolados do conjunto da classe trabalhadora os servidores do Judiciário Federal serão

esmagados pelas elites dominantes do poder econômico e midiático que avança sobre todos os continentes, especialmente os mais empobrecidos. “Queremos somar nossas lutas, nossas pautas e estratégias de resistência. Não há outro caminho”, aponta a dirigente do Sisejufe.

A luta por um outro mundo iniciou em 2001

O Fórum Social Mundial teve início em 2001, em Porto Alegre, em contraposição ao Fórum de Davos, com o objetivo de buscar convergência nas lutas e construir alternativas ao modelo de desenvolvimento econômico neoliberal. Já foi realizado na Índia, em Nairóbi, no Quênia, em Dakar, na Tunísia, dentre outros, e já reuniu mais de 120 mil pessoas em uma de suas edições em Porto Alegre, território que mais vezes acolheu o evento. Atualmente, o FSM é o maior evento da sociedade civil no mundo como lugar de resistência a todas as formas de dominação e exclusão. Sua proposta é pensar saídas comuns para a humanidade de forma solidária, plural e democrática respeitando as diversidades e a natureza.

*Da Redação



Ideias

Seguir em marcha até que todas as mulheres sejam livres

Priscila Borges*

Quando nos debruçarmos sobre a história recente de luta das mulheres conseguimos recolher percepções diversas sobre as dinâmicas não apenas das lutas chamadas “específicas”, mas, também, das chamadas “lutas gerais”, e isso se dá devido ao fato de que há cerca de duas décadas as mulheres organizadas em movimentos sociais reconheceram a necessidade de construir, no movimento feminista, um “giro” de análises e debates que fornecessem ferramentas e métodos que possibilitem que o debate sobre as condições de vida das mulheres transversalize todas as questões sociais.

No final da década de 1990 e até meados da primeira década dos anos 2000, nas quais, em grande parte da América Latina, sofríamos com o recrudescimento de políticas liberais que propiciavam uma maior precarização das condições de trabalho e de sobrevivência da população mais pobre, a agenda do movimento feminista foi protagonista ao construir uma grande mobilização internacional contra a Alca (Área de Livre Comércio das Américas) e campanhas no Brasil pelo aumento do salário mínimo.

Há uma disputa real do capital financeiro contra as condições de bem viver. Nos últimos anos podemos observar como o conservadorismo, que se utiliza do fortalecimento da cultura do ódio e da política do medo, está sistematicamente atrelado às políticas liberais de desmonte dos serviços públicos de Educação e Saúde e intervencionismo militar. A reforma trabalhista e o ensaio da

reforma da previdência foram as mais latentes expressões desses efeitos, que afetam as mulheres (que são a base do trabalho precário e desregulamentado) e que enfrentam jornadas de trabalho maiores, tanto na esfera doméstica quanto na esfera pública - isso, para não mencionar as situações de violência doméstica e de assédios moral e sexual no trabalho, às quais estão frequentemente submetidas.

Nos poderes Executivo e no Legislativo assistimos a violência política de gênero crescer na mesma proporção em que as mulheres emergiam como porta-vozes da resistência democrática, tendo no assassinato de Marielle Franco o ápice da violência contra as mulheres - e em especial contra as mulheres negras - que ousam participar da vida pública do país. Entretanto, uma das características mais virtuosas dos movimentos de mulheres e feministas sempre foi a sua capacidade de “fincar os pés” nas duas arenas: nos movimentos sociais e nas instituições. Dessa forma, acompanhamos mulheres se fortalecendo, se mantendo de cabeça erguida e defendendo o que ainda restava de democrático no país.

Desde 2015, quando as possibilidades de realização de um golpe parlamentar foram tornando-se reais, as organizações de mulheres e feministas tornaram-se a linha de frente da resistência democrática no Brasil. Não apenas porque sabiam que essa era uma ação antidemocrática, mas, também, pelo seu conteúdo extremamente machista e misógino contra Dilma Rousseff, a primeira mulher eleita presidenta do país, e que, consequentemente, teria efeitos perversos sobre a vida das mulheres.

Tal resistência ocorreu, em grande medida, devido à auto-organização e ao acúmulo histórico dos movi-



Foto: Fortunato Mauro

mentos de mulheres e feministas brasileiros, engrossado pelos novos movimentos que emergiram nos últimos anos e que possibilitaram a diversificação e a massificação do feminismo no debate público do país.

A partir dessa auto-organização, realizada tanto em movimentos sociais próprios de mulheres, tais como a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e os Coletivos Feministas (CF) universitários, quanto em movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Via Campesina, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), as mulheres puderam refletir sobre a sua autonomia e traçar, coletivamente, estratégias de resistência aos setores golpistas e antidemocráticos. A Marcha das Margaridas, que desde o ano 2000 reúne dezenas de milhares de trabalhadoras rurais em Brasília, e os movimentos de Mulheres Contra o Cunha, são expressão da força que tem hoje o feminismo no Brasil.

Agora em 2018, com o anúncio

de Michel Temer de uma intervenção federal e militar no Rio de Janeiro e a denúncia dessa medida foi a principal bandeira do 8 de Março desse ano, que já vem ocorrendo com unidade de todos os movimentos feministas e populares do nosso estado. Mesmo debaixo de chuva, as mulheres seguiram denunciando o caráter autoritário dessa intervenção e pediam pela desmilitarização da polícia, por entenderem que essa intervenção é mais um aparato estatal de extermínio da população pobre e, principalmente, da população negra das periferias. A luta das feministas, como já vimos aqui, sempre será pela vida das mulheres e do povo trabalhador.

Há, hoje, um cenário de muitos desafios e questões para a vida das mulheres, mas os movimentos sociais já deram um recado: elas seguirão em marcha até que todas sejam livres.

*Priscila Borges é bacharel em Ciência Política pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio); mestranda em Política Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e militante da Marcha Mundial de Mulheres.

Ideias

A ofensiva neoliberal e o golpe de 2016

Rodrigo Marcelino*

Liberalismo e democracia: um casamento de conveniência às vésperas do fim?

Em sua “Contra-história do liberalismo”, Domenico Losurdo desmonta a tese de que há uma relação intrínseca entre liberalismo e democracia. A autor afirma que o desenvolvimento das relações capitalistas se assentou no pacto colonial, na espoliação dos povos, em um processo dramático de expropriação e acentuação da exploração dos trabalhadores e no brutal sequestro e escravização de milhões de africanos, traficados como mercadoria.

A situação de vida da classe trabalhadora nos primórdios do liberalismo espelha a baixa permeabilidade da burguesia e dos Estados liberais diante das reivindicações democráticas.

É o processo de organização do proletariado que logra impor derrotas ao liberalismo, inscrevendo, a partir de correlações de forças variadas, uma série de conquistas para a imensa maioria trabalhadora. Desnecessário dizer que esses elementos não se reproduziram de maneira homogênea em todas as sociedades.

É impossível retomar, ainda que “en passant”, mais de um século de história da luta de classes e das conquistas populares sob o capitalismo. É, contudo, importante registrar que os avanços obtidos mediante muita luta vêm sendo erodidos desde os últimos anos do Século XX.

O advento do neoliberalismo - e daquilo que François Chesnais denominou, na obra “Mundialização financeira, como financeirização” - tem significado a dilapidação de



Foto: Fortunato Mauro

riquezas nacionais, a desconstrução e a privatização de direitos, o desmonte de políticas públicas e, no limite, os ataques às formas tradicionalmente aceitas como expressão da democracia liberal.

A “financeirização” tem como sua principal forma de existência a drenagem de “Mais-valia social”, com destaque para recursos centralizados sob a forma do Fundo Público. A mais importante ferramenta desse processo é a dívida pública.

Esse mecanismo acarreta na sangria dos cofres públicos, com dramáticas repercussões nas economias e na implementação de políticas públicas, sobretudo nos países periféricos, posto que parcela significativa do que os Estados arrecadam via carga tributária é drenado para satisfazer os interesses de setores rentistas.

A demanda por constante ampliação dos recursos destinados à especulação financeira global torna os interesses dessa fração dominante do capital absolutamente incompatíveis

com a democracia liberal, na forma como ela se construiu em alguma formação sócio-histórica - e foi acalentada como desejo, por outras, o Brasil aqui inserido.

Qualquer elemento que se interponha entre os interesses do chamado “mercado financeiro” e sua necessidade de puncionar fatias cada vez maiores do Fundo Público são inconvenientes a serem superados. No limite, o próprio casamento de fachada entre liberalismo e democracia constitui um problema para o mercado, uma vez que a soberania do voto popular nem sempre caminha em consonância com os interesses de “rentabilidade parasitária” da “financeirização”.

Daí que alguns analistas - por exemplo, Wanderley Guilherme dos Santos, em “A democracia impedida” - têm apontado que, sob a égide da “financeirização”, a democracia burguesa estaria fadada a se tornar cada vez mais restrita.

Os golpes de Estado na Guatemala, no Paraguai e no Brasil são apenas

laboratórios de uma forma de ser da sociedade capitalista, em que o divórcio entre liberalismo e democracia está cada dia mais escancarado.

A ofensiva neoliberal e o golpe de 2016

O tripé fundamental que assegura os lucros das frações rentistas do capital não foi alterado sob os governos petistas: regime de metas de inflação, cambio flutuante e superávit primário.

O Orçamento da União e a dívida pública foram os principais elementos para alimentar a demanda de rentabilidade parasitária do “mercado financeiro”. Só para se ter noção, em 2010, o Orçamento foi de R\$ 1,414 trilhão. Destes, 44,93%, ou seja, R\$ 635 bilhões, foram utilizados para rolagem, juros e serviços da dívida pública. Isso significa que quase metade de tudo que foi arrecadado pela União escoou para os bolsos de banqueiros, fundos de investimento, seguradoras, fundos de previdência privados etc. Com uma séria agravante: a carga tributária brasileira é incrivelmente regressiva. Dito de outra forma, a carga tributária do país penaliza, percentualmente, muito mais os pobres, os assalariados e os segmentos médios do que as grandes fortunas. Portanto, o Estado age como um “Robin Hood” às avessas, arrecadando principalmente entre os mais pobres e transferindo enormes montantes para os ricos⁽¹⁾.

A crise internacional iniciada com a quebra do mercado de hipotecas de alto risco dos EUA, e que contagiou o sistema financeiro e a economia

internacionais, acarretou três problemas para o Brasil.

O primeiro foi a pressão do “mercado”, incluindo instituições financeiras internacionais, pelo aumento da drenagem do Fundo Público, de forma a compensar prejuízos com a crise no centro do sistema capitalista. Segundo problema é que, em decorrência do prosseguimento da crise internacional, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro inicia uma trajetória de queda, a inflação se eleva e o desemprego registra forte alta. Por fim, nesse contexto de imensa pressão sobre lucros do grande capital, Dilma interrompeu o sonho do setor financeiro de independência do Banco Central e diminuiu a taxa de juros Selic⁽²⁾.

A tímida diminuição da transferência de recursos do Fundo Público também comprimiu os ganhos do rentismo: em 2012, a execução do Orçamento da União transferiu para as instituições financeiras 43,98% do Fundo; em 2013, 40,30%; e, em 2015, 42,43%⁽³⁾.

Esses elementos, estão no centro da disposição do “mercado financeiro” jogar água no moinho da ruptura democrática e institucional de 2016.

O golpe não foi algo inexorável e tampouco pode ser explicado apenas por essas movimentações de frações do grande capital. Como dito na introdução desta curta reflexão, há outros fatores e agentes que contribuíram para o aquele 17 de abril de 2016 e para a ampliação da ofensiva contra a democracia, a soberania nacional e os direitos e interesses populares.

Há que se apontar como agentes

de um consórcio de interesses golpistas: parte expressiva dos segmentos médios urbanos da sociedade; setores da burocracia estatal - com destaque para o Judiciário, para o Ministério Público Federal e para a Polícia Federal; grande maioria da representação política burguesa, encastelada nas duas casas legislativas federais; a mídia corporativa; e, como de costume em nossa história, os interesses do imperialismo.

Todavia, não entender a dinâmica inerente à “financerização” como uma etapa particular de desenvolvimento do capitalismo, sua pressão sobre o Fundo Público e os rebatimentos sobre a democracia liberal, é perder de vista vetores fundamentais para a apreensão do golpe de 2016.

Pergunta ainda atual: o que fazer?

A conjuntura é extremamente difícil - os quadros político e econômico seguem em degeneração e não existe uma classe ou fração que aponte uma saída eleitoral viável, fora da candidatura de Lula - e sua resolução não está em um futuro próximo.

As mesmas forças que deram o golpe e seguem destruindo direitos, criminalizando a luta popular e judicializando a política, incentivaram uma espiral de ódio de classes há muito amordaçada na sociedade brasileira. A abertura da Caixa de Pandora libertou forças profundamente reacionárias, que vêm à rua sem pudor de defender abertamente valores fascistas. A execução de Marielle Franco e a prisão do presidente Lula são apenas algumas expressões do quão longe

essas forças fascistas podem chegar.

A alternativa que se impõe para as forças populares, democráticas, progressistas e de esquerda se resume na dupla assertiva: “política é força e força é povo organizado”. A reconstrução dos nexos com as imensas massas trabalhadoras - que acompanharam o desenlace do golpe como meras expectadoras - é a tarefa mais fundamental a ser empreendida nos médio e longo prazos.

Para isso, a Frente Brasil Popular⁽⁴⁾ tem pautado a construção do Congresso do Povo Brasileiro⁽⁵⁾, a ser realizado em julho, aqui no Rio. Menos do que o evento de julho, o Congresso é importante pelo processo de organização e politização das massas. Somente por esse caminho interromperemos a escalada de ódio fascista, a ofensiva sobre os direitos e a democracia e caminharemos para um projeto popular de nação.

*Rodrigo Marcelino é sociólogo, militante da Consulta Popular e membro da Secretaria Operativa Estadual da Frente Brasil Popular (FBP), no Rio de Janeiro.

NOTAS:

(1) http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=3233&catid=30&Itemid=4
<http://plataformapoliticasocial.com.br/sistema-tributario-regressivo-e-desigualdades-sociais-no-brasil/>
<https://www.cartacapital.com.br/economia/o-regressivo-sistema-tributario-brasileiro>

(2) <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/05/04/64-meses-de-governo-Dilma-como-evolu%C3%AAdram-os-indicadores-econ%C3%B4micos-e-sociais>

(3) <https://auditoriacidada.org.br/?s=or%C3%A7amento>

(4) <http://www.frentebrasilpopular.org.br/>

(5) <https://www.brasildefato.com.br/2017/12/10/frente-brasil-popular-fara-congresso-do-povo-brasileiro-em-2018/>

Teletrabalho: bem vindos ao admirável mundo novo de 1984

Vera Miranda*

Um dos desafios que estão postos para as entidades sindicais do ramo do Judiciário é o de garantir, por dentro da política de Atenção Integral a Saúde dos servidores, o monitoramento das condições de segurança laboral e bem estar de quem está submetido às condições de Teletrabalho, modalidade que vem se consolidando como uma ferramenta estratégica no processo de organização dos fazeres profissionais no Judiciário, destacando-se, após implantação do processo virtual, como um novo marco na reestruturação dos processos laborais em seu interior.

Ainda é cedo para uma avaliação mais detalhada dos efeitos dessa implantação na vida dos servidores, mas podemos afirmar que o Teletrabalho estabelece isso: esse novo formato de estruturação do trabalho, que precisa ser analisado não apenas sob os aspectos positivos que, em uma primeira análise, se apresenta tanto para Administração quanto para os servidores. A mudança de paradigma nas relações laborativas estabelece uma série de interrogações quanto a adoção de seus

Os órgãos que estabelecem Teletrabalho reduzem despesas com infraestrutura e material de consumo entre outros, na medida em que transferem para o servidor o estabelecimento de toda estrutura necessária para a sua realização

conceitos tornados em práxis ou manutenção de medidas protetivas aos direitos dos trabalhadores em Teletrabalho, principalmente no quesito da Saúde do Trabalhador.

Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Teletrabalho é a realização do expediente laboral de qualquer natureza, desde que realizado à distância, em local diverso ao local central do empregador e/ou do centro de produção, implicando na utilização de tecnologias que amplifiquem e facilitem a comunicação. Esse rompe as barreiras clássicas de espaço de trabalho e permite a execução a distancia em qualquer lugar no qual, através de tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), o trabalho seja realizado. Nesse sentido, o Teletrabalho permite romper as barreiras geográficas e abre possibilidades para sua realização em outras cidades, estados e, mesmo, países.

Para as administrações, o Teletrabalho passou a ser uma alternativa importante da política de redução de custos. Os órgãos que estabelecem Teletrabalho reduzem despesas com infraestrutura, equipamentos, energia, material de consumo entre outros, na medida em que transferem para o servidor a obrigatoriedade de estabelecer toda estrutura, infraestrutura e equipamentos necessários para a sua realização. Outro aspecto



Foto: Fortunato Mauro

a ser refletido é a exigência de aumento da produtividade do servidor, que em boa parte dos casos chega a 30% da que é exigida no local tradicional de trabalho, configurando assim um ganho ainda maior para as administrações que produzem mais gastando bem menos.

A mudança de paradigma que o Teletrabalho impõe aos conceitos clássicos utilizados até então para determinar as relações no ambiente de trabalho, precisam ser atualizadas para garantir a manutenção das mesmas. O conceito de subordinação garante o acesso da chefia ao subordinado dentro do horário do expediente. Se o conceito de expediente muda a partir da jornada flexível e, junto com

ele, muda, também, o local de trabalho, a definição da subordinação está diretamente afetada por essas mudanças. E aqui é preciso estabelecer claramente o novo pacto que sustenta a subordinação para que a relação de trabalho não incorpore aspectos de abuso de poder ou assédio moral.

Como caracterizar as condições que levam ao acidente de trabalho, à doença ocupacional ou a doença do trabalho, quando o ambiente não se enquadra nos critérios clássicos estabelecidos nas legislações trabalhistas existentes? O que fazer para garantir políticas institucionais de prevenção contra doenças laborais e quais as bases para comprovação de nexos causais para essas quando

o servidor está em Teletrabalho? Quem fiscaliza a observância dos requisitos de prevenção, da saúde física e mental do servidor do Judiciário em Teletrabalho? Como essas medidas protetivas estão sendo constituídas pelos órgãos do Poder Judiciário? Se as administrações não se responsabilizam pelas condições ergonômicas e respeito às pausas no trabalho realizado a distancia, como analisará a conversão de licenças para tratamento da saúde em acidente de trabalho por Lesões por Esforços Repetitivos (LER) e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT)? Essas questões ainda estão pouco consolidadas e precisam de um olhar mais apurado da área de Gestão de Pessoas quanto aos requisitos de produtividade e jornada, bem como infraestrutura e ergonomia exigidos para atuação em Teletrabalho, que quando negligenciados pela instituição, possam impactar a saúde do servidor.

Além dos encargos financeiros decorrente da opção do Teletrabalho, sem contrapartida institucional, outro efeito colateral da ampliação desse é a desconstrução da organização dos trabalhadores enquanto categoria, conjunto, coletivo já que o convívio, mormente salutar, torna-se escasso, isolando os servidores e impedindo que eles se beneficiem dos efeitos do construto social gerado a partir da convivência com seus pares no local de trabalho.

A Resolução nº 227/2016 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que regulamenta o Teletrabalho no Poder Judiciário, faculta às administrações o revezamento entre servi-

dores para fins de medida de Teletrabalho e posicionam as unidades de Saúde e de Gestão de Pessoas na condição de auxílio ao processo de seleção dos que realizarão suas tarefas em Teletrabalho. Por um lado vemos que a manutenção prolongada Teletrabalho pode resultar em sintomas de ansiedade e de depressão em função do seu isolamento e quando resulta em sobrecarga de trabalho se torna ainda mais danosa.

O Teletrabalho como toda ferramenta de gestão deve ser avaliado e monitorado no sentido da correção de distorções de seu uso e impedir que gere danos aos trabalhadores. É preciso entender que para que o Teletrabalho seja benéfico tanto para as administrações quanto para os servidores, outras áreas do Poder Judiciário precisam atuar em conjunto com a área especificamente judiciária. Tanto a unidade de Gestão de Pessoas, como as unidades de Saúde e, também, as unidades de TIC precisam participar mais efetivamente do estabelecimento de processos em Teletrabalho, já que esses são pilares nos quais o novo paradigma se assenta. Assim, os comitês locais de Atenção Integral à Saúde do Servidor, os comitês de Gestão de Pessoas, os núcleos de TIC e as comissões gestoras do Teletrabalho precisam atuar em caráter interdisciplinar para construção de política eficaz de implantação, fiscalização e avaliação dessa modalidade. O Comitê de Gestão do Teletrabalho deve absorver essas representações para ser mais efetivo no processo de discussão, normatização e fiscalização dessas questões, preenchendo

O estabelecimento do Teletrabalho como novo paradigma nas relações e condições laborais até então existentes abre debates importantes sobre o futuro do trabalho e da organização dos trabalhadores

as lacunas que surgem entre os interesses das administrações e a preservação das condições e relações de trabalho dignas.

Os representantes das entidades sindicais devem envidar esforços para garantir políticas de proteção a esta modalidade de processo de trabalho que rapidamente se consolidou como uma alternativa das administrações para responder ao corte orçamentário imposto pelo governo, já que os tribunais estão premidos também pela necessidade de cortar gastos de infraestrutura.

Outro aspecto importante acerca do Teletrabalho são as condições ambientais e ergonômicas para a realização das atividades. Assim como se reivindica que, nos órgãos do Poder Judiciário, os servidores tenham condições de trabalho que impeçam o seu adoecimento, também correto reivindicar que essas mesmas condições sejam dadas aos servidores em Teletrabalho. Nesse sentido, é preciso que as administrações garantam aos servidores condições ambientais e ergonômicas para todos os servidores em Teletrabalho. Além disso, é fundamental que exista fiscalização da manutenção das condições ambientais, ergonômicas, físicas e mentais, dos servidores em Teletrabalho, através de exames periódicos custeados pelas administrações e o monitoramento

dos impactos da modalidade na saúde dos servidores. Junto com isso, que as administrações pratiquem a alternância periódica entre o expediente no local de trabalho e o expediente no Teletrabalho para que os trabalhadores não percam os vínculos com seus pares. Sem essas medidas protetivas, a garantia da produtividade desses, objeto primordial do interesse das administrações, fica ameaçada pelo surgimento das doenças do trabalho ou pelo acidente do trabalho.

Por fim, o estabelecimento do Teletrabalho como novo paradigma nas relações e condições laborais até então existentes abre debates importantes sobre o futuro do trabalho e da organização dos trabalhadores como conhecemos. As TIC rompem as barreiras de tempo e de espaço na forma como o trabalho se estabelece. A inteligência artificial possibilitará novas reestruturações que reduzirão ou eliminarão funções ou atividades ocupadas por parte dos que trabalham na Justiça. O futuro está logo ali, a um toque, um clique, um enviar mensagem. É chegado o tempo de pensar o trabalho e a organização dos trabalhadores nessa nova revolução que se apresenta.

*Vera Miranda é especialista em Gestão de Políticas Públicas e assessora política do Sisejufe

Unificação das secretarias dos JEF:

racionalização de pessoal e estrutura em prejuízo do servidor, do juízo e do jurisdicionado

Mário César Pacheco*

A Resolução CJF-RES-2017/XXX, de XXX de XXX de 2017 (sim, esse é o dado disponível) prevê a unificação de secretarias dos Juizados Especiais Federais (JEF), legitimando-se, segundo seu texto, na Resolução CNJ 219 de 26 de abril de 2016, que dispõe sobre “a distribuição de servidores, cargos em comissão e funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário entre o primeiro e segundo graus e dá outras providências”.

Essa Resolução do Conselho da Justiça Federal (CJF), no entanto, além de se apresentar apartada da realidade dos JEF, viola a própria disposição contida na Resolução 219 do CNJ que faz clara referência à Resolução 194, também do CNJ, evidenciando, a quem as lê, que a racionalização de estrutura e gestão de pessoal deverá privilegiar a Primeira Instância pelo simples fato de que essa é a que presta a jurisdição imediata, responsável pela análise obrigatória de todos os pedidos apresentados ao Judiciário Federal, sendo sua demanda a mais premente, maior em números absolutos e de impacto maior na noção do cidadão de prestação efetiva de jurisdição.

Os argumentos imediatos apresentados para a adoção da unificação das secretarias de JEF são, em especial, comparativos com os tribunais e as turmas recursais, partindo-se do pressuposto de que

se a unificação de secretaria funciona para esses órgãos, deveriam funcionar para a Primeira Instância e, portanto, para os JEF.

Mas a verdade é que a realidade dos JEF é muito diferente daquela existente nos tribunais e nas turmas recursais. Primeiramente, nem todos os processos que se iniciam na Primeira Instância, em especial nos JEF, seguem curso nas turmas recursais, pois nem sempre as sentenças são objeto de recursos. Além disso, as interpretações que o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) tem dado à competência dos JEF somente inflam seu espectro de atuação, fazendo com que o rito especialíssimo, como muitos dizem, já tenha se tornado o procedimento ordinário. Portanto, a demanda nos JEF é muito grande e superior ao do tribunal e turmas, exigindo mais estrutura e não menos.

Em segundo lugar, as turmas recursais e os órgãos do tribunal sempre lidam com advogados e não com as partes litigantes diretamente, ou seja, um atendimento a um advogado que pode ser rápido e com discurso técnico, não pode ser comparado ao atendimento dispensado pelos JEF a um grande número de partes sem advogado, em sua maioria idosos e muitos sem educação formal e, quando não, analfabetos. O tempo de atendimento é diferente e, em muitos casos, assemelha-se ao de um primeiro atendimento, tendo de ser explicado o direito, os pedidos efetuados, a lógica de uma decisão e o seu conteúdo para que seja executado pela



Foto: Acervo Sisejufe

parte adequadamente em benefício da realização de seu direito.

Por último, os órgãos dos tribunais e turmas recursais não realizam diversos atos de secretaria que devem ser executados nos JEF e na Primeira Instância, de modo geral, como a realização de audiências, as perícias e todos os atos atinentes à execução da sentença transitada em julgado, fora a execução de liminares e tutelas antecipadas. Não há a mínima comparação entre o que legitima a existência de secretaria unificada no tribunal e nas turmas recursais e o que legitimaria a unificação das secretarias dos JEF.

E isso é notado até mesmo pelos próprios juízes dos JEF, os quais, por unanimidade, com a

Facilitam-se currais eleitorais e ilegalidades com o procedimento de zoneamento de zonas eleitorais adotado dessa forma, já que não serão avaliados, fiscalizados e processados, de forma própria, as questões eleitorais submetidas ao Judiciário

abstenção de apenas quatro juízes, rejeitaram a proposta do CJF de unificação das secretarias dos JEF, no âmbito do TRF2, em moção aprovada no VI Fórum Regional dos Juízes dos Juizados Especiais Federais (Forejef), recém realizado em outubro de 2017.

Essa medida vem no contexto das recentes medidas de “gestão e reestruturação do Judiciário” com base no argumento fundamental, falsamente legitimador, de austeridade e eficiência, sendo “eficiência” interpretada como “mínimo de gasto para o máximo de prestação de serviço”. Sob essa bandeira estão sendo cometidas atrocidades, como o corte de 90% de verbas de investimento e de 30% de verbas de custeio para a Justiça do Trabalho, proposto pelo Poder Legislativo, com o beneplácito da base do governo Temer, e o famigerado Rezoneamento da Justiça Eleitoral, executado pelo ministro Gilmar Mendes, na mesma diretriz.

Seria possível ver que uma Justiça do Trabalho, com milhões de processos novos tramitando anualmente e que será pressionada pelas recentes modificações legislativas trabalhistas, uma Justiça com demanda exorbitante e trabalho hercúleo, realizado por seus servidores, carente de mais investimento em tecnologia e pessoal para entregar e garantir celeridade na tramitação dos processos, possa melhorar com corte de 90% em investimento e 30% em custeio, senhoras e senhores? O resultado é de piora de estrutura para o exercício da jurisdição trabalhista, atrasando processos,

aumentando a carga já demasiada de trabalho de servidores e juízes, prejudicando o direito do cidadão e a imagem do Judiciário.

E a Justiça Eleitoral? O Rezoneamento que está sendo questionado, e até criminosamente, colocado em prática, na realidade está diminuindo as zonas eleitorais. E em um país de dimensões continentais, com tantos problemas no processo eleitoral, desde a inscrição de candidatos à eleição, passando por todo o processo eleitoral e questionamentos de abusos por candidatos, até a própria eleição, quando também são fiscalizados, tanto a eleição em si como a regularidade de todo o procedimento eleitoral relativo a cada partido e candidato de cada esfera de representação eleitoral (municipal, estadual e federal), em cada cidade e estado do Brasil, seria possível imaginar que diminuir zonas eleitorais dará eficiência à prestação de serviços de fiscalização e execução dos processos eleitorais? Claro que não!

Facilitam-se currais eleitorais e ilegalidades com o procedimento de zoneamento de zonas eleitorais adotado dessa forma, já que não serão avaliados, fiscalizados e processados, de forma própria, as questões eleitorais submetidas ao Judiciário. Não se cria um sistema eleitoral eficiente empacando-se a Justiça Eleitoral. As decisões e soluções que hoje demoram, e em muitos casos não conseguem se apresentar antes de o eleito terminar seu mandato, justamente por falta de estrutura, em um contexto de

diminuição de estrutura, passarão a ocorrer mais rapidamente e se garantirá a prestação do serviço devido ao cidadão e à democracia? Claro que não!

Pois é. Com os JEF, essas alterações, com base no argumento de austeridade, vão pelo mesmo caminho. Invertem-se valores ao ponto de, até mesmo, contrariar a previsão nas resoluções do CNJ, seja na 194, seja na 219, de se privilegiar a Primeira Instância. E qual o resultado dessa medida? Perde-se a qualidade de ambiente de trabalho, eis que a estrutura menor em um ambiente de trabalho muito demandado exigirá muito mais dos já desgastados servidores, que adoecerão mais, prejudicando, ao fim, o intento de eficiência almejado de entrega de direitos aos cidadãos.

Os servidores das secretarias desfeitas ainda passam pelo estresse de saberem que serão relatórios e de, em muitos casos, perderem funções de confiança e cargos de comissão, ficando desmotivados. Sem saberem para onde vão, já que podem ser lotados por todo o estado do Rio de Janeiro ou Espírito Santo, ainda passam pelo estresse de não saber como a unificação de secretarias afetará sua rotina e sua vida familiar. Os juízes dos JEF também perdem, pois não terão autonomia para todos os atos do processo que analisam e julgam, além de deverem amargar o desfazimento de todo um trabalho de estruturação da prestação de jurisdição sob sua direção e consoante sua gestão de equipamentos e pessoas para fazer concretizar as

decisões que prolata, o que viola a judicatura em previsões constitucionais e legais sobre a estrutura com a qual um Juízo deve contar.

É claro que os jurisdicionados dos JEF terão o prejuízo respectivo a todos esses problemas, como a perda de atendimento personalizado; tendo de ser atendidos por menos servidores com muito mais atribuições e demandas de serviços internos; que terão menos tempo para explicar o processo e etapas da realização de seus direitos.

Pode se observar, de todo ângulo que se avalia, que o primado da austeridade, que deveria ser pensado em benefício do serviço público, está sendo utilizado, de todas as formas, para destruir o serviço público. O desmonte do Estado está se concretizando em prejuízo do cidadão e da capacidade estatal de entregar serviços públicos sob a alegação de responsabilidade fiscal e orçamentária. Toda a imagem do serviço público pode ser prejudicada. Toda a concretização da jurisdição e entrega do direito dos cidadãos pelo Judiciário Eleitoral, Trabalhista e, agora, pelos JEF da Justiça Federal está em risco.

A falta de resistência por servidores, juízes, advogados e sociedade a essas atrocidades, travestidas de medidas de eficiência e reestruturação, corre o risco de instituir o Estado Financeiro-Orçamentário no lugar do Estado Democrático de Direito.

*Mário Cesar Pacheco é analista judiciário da Justiça Federal, Foro Venezuela, e diretor do Sisejufe

Intervenção Federal: é mesmo necessário?

Max Leone e
Cristiane Vianna Amaral*

Há pouco mais de dois meses da decretação da Intervenção Federal na área de Segurança Pública no estado do Rio de Janeiro - completados no dia 16 de abril - ainda paira no ar a dúvida sobre a real intenção do presidente Michel Temer ao tomar essa decisão. A pergunta é se era mesmo prioridade intervir no estado, tendo em vista que os indicadores de vio-

lência da região não estão nem entre os cinco piores do país.

Levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) mostra isso mesmo: que o estado do Rio está longe de ser o mais violento do Brasil e ocupa a décima posição do ranking relativo aos números de 2016. Há quem defenda que outros setores como Saúde e Educação, vivem o verdadeiro caos, com falta de atendimento médico em unidades e carência de professores em escolas e, nem por isso, houve medidas tão drásticas para resolver esses problemas.

O primeiro da lista de violência é

Sergipe, com 64 mortes registradas por cem mil habitantes, seguido por Rio Grande do Norte (56,9) e Alagoas (55,9). O Rio apresentou 37,6 mortes nesta estatística, tendo à frente o Pará (50,9); o Amapá (49,6); Pernambuco (47,6); a Bahia (46,5); Goiás (43,8); e o Ceará, com 39,8 mortes para cada cem mil habitantes. Ou seja, a violência em outras partes do país é ainda maior do que no território fluminense.

De acordo com o FBSP, o indicador de mortes violentas é formado pela soma de vítimas de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e mortes decorrentes de intervenções policiais e de policiais em serviço e fora de atuação.

Paulo Storani, especialista e consultor em Segurança e ex-capitão do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), avalia que pelo fato de o estado fluminense ser “uma vitrine” e que tudo que acontece por aqui há uma repercussão nacional, a decisão do governo Temer teve o intuito de provocar um grande impacto. Mas será mesmo que era a decisão prioritária? “Os indicadores de criminalidade do Rio de Janeiro não estão entre os cinco piores do país. Com base nesses dados eu diria que não seria prioritário fazer a Intervenção. Contudo o estado e a cidade do Rio constituem as vitrines do Brasil, tudo que aqui acontece reverbera em outros estados e mundo afora. E não há dúvidas que esse fato pesou na decisão, bem como o fato

das condições financeiras, políticas e morais do governo estadual”, afirmou o ex-oficial.

O que pode estar por trás da decisão de Temer

A linha de pensamento do Paulo Storani encontra respaldo se for levada em conta a forma de como a decisão de Temer intervir na Segurança Pública do Rio foi tomada. O plano começou a ser arquitetado na terça-feira de Carnaval (13/2/18), quando foram divulgadas imagens de assaltos e de violência por parte de criminosos na cidade. Por coincidência - ou não - tanto o prefeito Marcelo Crivella (PRB) e o governador Luiz Fernando Pezão (MDB) estavam ausentes.

O primeiro, em tour pela Europa, tirou uma “folguinha” (como ele mesmo comentou à época) e alegou, depois, que buscava recursos para soluções de Inteligência e Tecnologia na Segurança Pública. Já Pezão foi se refugiar no interior do estado e com cara de sono reconheceu: “Não estávamos preparados. Houve uma falha nos dois primeiros dias (do Carnaval) e, depois, a gente reforçou aquele policiamento. Mas eu acho que houve um erro nosso”, disse no dia 14 de abril em relação aos episódios de violência que ocorreram durante os dias de folia. A Intervenção foi decretada dois dias depois.

Para Storani, a Intervenção, prevista para acabar em 31 de dezembro deste ano, não resolverá em dez meses, o que foi permitido se estabelecer ao longo de décadas.

Mas espera que, ao final, o trabalho apresente um conjunto de medidas, em todas as áreas afins, para que se possa pensar e agir de forma diferente daquela que todos estão acostumados e que não conseguiu conter o problema. “Essas medidas iriam pautar as discussões e ações do próximo governo, federal e estaduais, bem como as do Congresso Nacional. Isso seria muito produtivo para a Segurança Pública e para o país”, afirma o especialista, ressaltando que o assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL/RJ) e do motorista Anderson Gomes será um fator que provocará desgaste aos militares, por ter ocorrido em um estado sob Intervenção Federal.

Essa, a Intervenção no Rio, pode ser considerada a porta de saída para o enterro da reforma da Previdência. Para o deputado Ivan Valente (PSOL/SP) a medida foi exatamente calculada para criar uma cortina de fumaça, já que o Planalto e seus articuladores políticos não conseguiram angariar os votos para aprovação da PEC, proposta que Temer elegeu com a bênção do mercado financeiro, como sua prioridade desde que assumiu a Presidência: “Eles estavam derrotados na reforma da Previdência, então precisaram fazer um giro de agenda. Sair de uma reforma impopular para uma emergencial, apoiada pela população, diante de uma visão de caos no Rio de Janeiro.”

A ideia era que a nova pauta dominaria o Congresso Nacional e a mídia, mas como a sensação de

insegurança não melhorou no estado fluminense, o tiro saiu pela culatra.

Para Emir Sader, sociólogo, filósofo e cientista político, professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), da Unicamp, da USP e da Universidade do Chile, mesmo nos primeiros dias, quando a população tinha esperança de que a medida desse resultados, isso não se refletiu nos índices de aprovação do governo Temer. Sader lembra que se Intervenção Militar resolvesse algum problema, o país teria saído muito melhor após o regime que vigorou até o início dos anos 1980. “O Rio não quer mais ver suas crianças revistadas a ponta de baioneta quando vão para as escolas”, reclama o professor.

Para Orlando Zaccane, delegado de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ), mestre em Ciências Penais, doutor em Ciência Política e professor de Direito e Processo Penal da Universidade Cândido Mendes (Ucam), a questão da Segurança Pública no Rio foi supervalorizada e o foco está sendo desviado. Ele lembra que houve momentos piores e destaca que o fenômeno da sensação de insegurança da população nem sempre reflete a realidade. O delegado ressalta que desde 1992 há intervenções militares no Rio e nunca o resultado foi o restabelecimento da segurança. Só que mais uma vez, o governo federal volta a lançar mão “deste subterfúgio”. Zaccane compara a situação de outros setores tão importantes quanto o da Segurança. A Saúde e a Educação, por exemplo, carecem de



Fotos: Divulgação

A medida foi exatamente calculada para criar uma cortina de fumaça, já que o Planalto e seus articuladores políticos não conseguiram angariar os votos para aprovação da PEC
(Ivan Valente)

investimento e, nem por isso, recebe tratamento diferenciado. “Não há vagas nem professores nas escolas. Hospitais estão fechados ou sem recursos. Mas nada disso é tratado como colapso”, ressalta o delegado.

A crítica de Zaccane encontra respaldo em denúncias feitas pelo Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremerj). A situação da Saúde fluminense, na avaliação do órgão, está fora de controle, ao ponto de a entidade ter pedido uma Intervenção Federal no

setor por conta da crise financeira do estado. Segundo o Cremerj, “se nada for feito, os hospitais correm o risco de fechar até o Natal deste ano, devido à superlotação, a falta de profissionais e de medicamentos”, problemas recorrentes que foram encontrados durante as fiscalizações já feitas pelo conselho. Além das vistorias, “o Cremerj tem recebido denúncias de médicos e pacientes a respeito, principalmente, do sucateamento das unidades estaduais, o que tem afetado tam-



Os indicadores de criminalidade do Rio de Janeiro não estão entre os cinco piores do país. Com base nesses dados eu diria que não seria prioritário fazer a Intervenção

(Paulo Storani)



Se Intervenção Militar resolvesse algum problema, o país teria saído muito melhor após o regime que vigorou até o início dos anos 1980 (Emir Sader)

bém a rede pública municipal, pela sobrecarga e atraso nos repasses de recursos financeiros. Há falta de medicamentos e de recursos humanos, além de problemas estruturais que dificultam o atendimento de qualidade à população”, denuncia nota do conselho.

No campo da Educação, a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), presidida pelo deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL/RJ), tem recebido denúncias de fechamento de turmas, turnos e até de escolas da rede estadual. Pais reclamam que não conseguiram matricular os filhos. A Secretaria de Educação só abre novas turmas quando a anterior atinge a capacidade máxima, resultando em turmas superlotadas, perda da qualidade do ensino e prejuízo na saúde dos professores. Já o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (Sepe)

faz coleta de informações sobre a situação das escolas.

Sobre resultados, Paulo Storani diz que a sociedade sempre quer retorno rápido, por isso “sempre acreditamos e apostamos nas promessas dos candidatos, que nos enganam frequentemente em todas as eleições”. O especialista avalia que não se resolve problemas com raízes tão profundas com medidas de contenção militar. Em sua avaliação, é necessário um conjunto de ações com efeito no curto, no médio e no longo prazos. “A Intervenção não tem este tempo. Por isso, não haverá mudanças significativas. Os militares pegos de surpresa, como todos nós, devem estar fazendo o possível para não errar em suas ações, quero dizer, evitar qualquer dano à população, e diante de um cenário conturbado como o do Rio de Janeiro, isso significa evitar altos riscos e, em

muitas vezes, não agirem”, explica Storani, avaliando o risco de haver um desgaste natural, considerando que a população necessita de, e espera, soluções rápidas.

Dobra o número de chacinas e aumenta a quantidade de mortes com a Intervenção

Se até antes da Intervenção, o Rio não era um dos estados mais violentos, com a vinda dos militares a situação piorou. Nos dois primeiros meses de atuação, o número de chacinas dobrou na comparação com o mesmo período de 2017. No ano passado, foram seis episódios que resultaram na morte de 22 pessoas. De 16 de fevereiro a 15 de abril de 2018, houve registros de 12 chacinas, com a morte de 52 pessoas. Os dados estão no relatório “À deriva – sem programa, sem resultado, sem rumo”, divulgado no dia 26 de abril pelo Observatório da Intervenção Federal da Ucam, que reúne várias entidades da sociedade civil e faz o acompanhamento diário dos trabalhos na Segurança Pública, desde fevereiro.

Segundo Sílvia Ramos, pesquisa-

dora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Cesec) da Ucam e coordenadora do Observatório, no período da Intervenção ocorreram episódios graves de descontrole policial. Ela cita o exemplo da chacina da Rocinha. “No dia anterior um policial tinha sido covardemente assassinado. Uma tropa de choque entra [na comunidade] de madrugada e mata oito pessoas, numa ação completamente inexplicável, sobre a qual não há nem mesmo uma investigação. É um ponto gravíssimo”, afirma a pesquisadora.

Perguntado sobre o aumento dos tiroteios, o ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, disse que isso sempre ocorre quando se inicia um processo de mudança como o proporcionado pela Intervenção Federal no Rio de Janeiro. “Todos os processos de mudança que você teve, por exemplo, em Medellín, em Bogotá, no início desse processo que levou à superação daquela situação, houve um acréscimo de casos como esse. Não é o caso de defender isso, estou apenas lembrando que quando acontece essa mudança, também há um aumento da questão das



Desde 1992 há intervenções militares no Rio e nunca o resultado foi o restabelecimento da segurança. Só que mais uma vez, o governo federal volta a lançar mão deste subterfúgio (Orlando Zaccane)

Há quem defenda que outros setores como Saúde e Educação, vivem o verdadeiro caos, com falta de atendimento médico em unidades e carência de professores em escolas e, nem por isso, houve medidas tão drásticas para resolver esses problemas

armas, do tiroteio etc”, tentou, Jungmann, explicar o fato.

Para Renata Neder, coordenadora de pesquisa da Anistia Internacional no Brasil, a Intervenção Federal aprofunda um modelo de política de Segurança Pública que não funciona: “É o modelo da militarização, baseado na lógica

do confronto, da guerra, da guerra às drogas. Esse modelo a gente já sabe que não dá certo, que se traduz em operações policiais de enfrentamento cotidiano em favelas e periferias. Ele não reduz a criminalidade, ele aumenta a violência, alimenta esse ciclo e essa espiral de violência e resulta em muitas

violações de direitos humanos.”

Segundo um levantamento da organização “Fogo Cruzado”, que pesquisa ocorrências de violência nas redes sociais e na imprensa (vinculado ao Instituto Update, com sede em São Paulo), o uso de armas de fogo também pouco se alterou no período. O número total de tiro-

teios ou disparos de armas de fogo na Região Metropolitana chegou a 1.502. Os locais mais violentos foram a Praça Seca, o Complexo do Alemão, a Vila Kennedy, a Cidade de Deus e a Rocinha. O número representa uma elevação de 15% em relação aos 1.299 casos registrados nos 60 dias anteriores ao decreto de Intervenção Federal.

*Da Redação

Nota: “Fogo Cruzado” é uma plataforma digital colaborativa que tem o objetivo de registrar a incidência de tiroteios e a prevalência de violência armada na região metropolitana do Rio de Janeiro através de um aplicativo para tecnologia mobile combinado a um banco de dados.

Histórico de intervenções no Rio de Janeiro

As intervenções militares sempre “flertaram” com o Rio de Janeiro, quando se trata de violência urbana e se evidencia a falta de política de Segurança Pública. Há vários exemplos em um passado bem recente dessas iniciativas que não deram resultado prático. Há mais de três décadas, por exemplo, a cidade sediou a Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Meio Ambiente, a famosa Rio 92, ou Eco 92, em junho, daquele ano. O evento reuniu diversos chefes de Estado e de governos do Mundo. Diante da onda de violência que tomava o Rio, e para tentar melhorar a imagem do país diante a comunidades internacional, coube ao então presidente Fernando Collor de Melo assinar, como fez Michel

Temer recentemente, uma Garantia da Lei e da Ordem (GLO). A população carioca passou a conviver em seu cotidiano e a paisagem da cidade passou a contar com tropas federais enviadas por Brasília. Soldados, principalmente do Exército Brasileiro, jipes e tanques foram posicionados em locais nos quais as autoridades estrangeiras desfilavam. Foram cerca de 17 mil homens que participaram da ação. As favelas da Rocinha e do Vidigal foram os alvos principais. O resultado, para quem não lembra, com o fim da Eco 92 as tropas foram embora, mas não levaram junto a violência. Tanto que os índices não paravam de piorar. Em 1994, a taxa de homicídios no estado explodiu e atingiu um pico de 64,8 mortes por 100 mil habitantes, segundo dados da Secretaria de Segurança, na época. Na ocasião, o governo do estado assinou convê-

nio com a União que subordinava a estrutura policial do estado ao Comando Militar do Leste (CML), como ocorre atualmente. Um órgão central coordenava e planejava as ações das polícias Militar e Civil, da Defesa Civil e da Secretaria Estadual de Justiça. Em 1995, foi deflagrada a Operação Rio II. Novamente, com o CML à frente, houve a mobilização de 20 mil soldados para acabar com a violência e a onda de sequestros no Rio. O objetivo era o de “ampliar as propostas para combater o crime organizado como um todo”. Atuaram em conjunto Exército, Receita Federal, polícias Federal, Civil, Militar e Rodoviária Federal, além de Marinha e Aeronáutica. O resultado foi um leve recuo nos indicadores de violência no estado. Mas que voltaram a piorar no começo dos anos 2000. Em meio a experiência das Unida-

des de Polícia Pacificadora (UPP), iniciada em 2008, mas que hoje amarga fracasso em sua condução, o Rio foi palco de grandes eventos internacionais, entre eles os V Jogos Mundiais Militares, em 2011; a Jornada Mundial da Juventude (JMJ), em 2013; a Copa do Mundo de Futebol da Fifa, em 2014; e os Jogos Olímpicos, em 2016. Uma nova Garantia da Lei e da Ordem (GLO) foi assinada para que as Forças Armadas apoiassem a Segurança no Rio. Entre abril de 2014 e junho de 2015, militares ocuparam o Complexo da Maré - o custo estimado variou entre R\$ 350 e R\$ 600 milhões. Já em 2016, os militares do Exército e homens da Força Nacional patrulharam as ruas cariocas durante os Jogos Olímpicos. No entanto, não impediram que a violência imperasse nas comunidades carentes e na periferia.

A história que matou Marielle

Cristiane Vianna Amaral*

Menos de um mês depois do decreto de Intervenção Federal no estado, uma tragédia veio colocar uma pedra em cima de qualquer vontade de ligar a Intervenção Militar a uma agenda positiva para o governo. A relatora da Comissão Representativa para acompanhar a intervenção do Governo Federal na Segurança Pública do Estado da Câmara de Vereadores, a vereadora Marielle Franco (PSOL/RJ), foi executada a tiros no dia 14 de março quando voltava para a casa. Seu motorista, Anderson Gomes, também foi baleado e morreu na hora.

Repercussão mundial

Milhares de pessoas foram às ruas do Rio de Janeiro homenagear Marielle, uma crítica da Intervenção Federal. O caso repercutiu no mundo inteiro. Como socióloga,

moradora do Complexo de Favelas da Maré e protagonista das lutas das comunidades da periferia, era contra esse tipo de ação meramente policial. Sua dissertação de mestrado refletiu sobre as Unidades de Polícia Pacificadora, enquanto política de Segurança Pública adotada no estado do Rio de Janeiro, que reforça o modelo de Estado Penal “com o objetivo de conter os insatisfeitos ou ‘excluídos’ do processo, formados por uma quantidade significativa de pobres, cada vez mais colocados nos guetos das cidades e nas prisões”, desconsiderando os desafios nas áreas de Saúde, Empregabilidade, Renda, Educação, entre outros.

“É como se a comunidade tivesse apenas que ser controlada e não que tivesse que ter acesso à cidadania, entendida como bens sociais que são disponibilizados para outros cidadãos que não moram nas favelas”, afirma Jaqueline Gomes de Jesus, psicóloga, pós-doutora em Psicologia Social e do Trabalho e professora de Psicologia do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ).



Fotos: Divulgação

No dia 14 de março Marielle Franco foi assassinada a tiros quando voltava de um evento com jovens negras. A dor da sua morte e de tudo o que ela simbolizava desencadeou homenagens emocionadas em redes sociais e grandes manifestações nas ruas pelo Brasil e pelo Mundo

das populações africanas não foi diferente, “pois, ainda, aqui, a ideia de que podemos explorar os outros e subalternizá-los. E essa é uma experiência muito marcante na formação brasileira.”

Assuntos interditados

A população brasileira enfrentaria, ainda, o trauma da censura, imposta por diversos regimes políticos ao longo de sua história. Segundo a pesquisadora do IFRJ, “temos a ideia de que não devemos falar sobre certos assuntos, que são principalmente interditados no debate público, no debate político mais amplo.” Jaqueline Gomes acredita que essas questões ainda não foram tratadas de forma adequada pela nossa sociedade e pelo nosso Estado “que reproduzem essa lógica das elites que pensam as relações no Brasil a partir do domínio, do extermínio, do assassinato e da censura.”

*Da Redação



A professora e militante dos movimentos sociais analisa que a violência cometida contra Marielle Franco é um sintoma desse problema. A maneira covarde como foi feita a execução, sem aviso e sem ameaça, como é recorrente nesses casos de crimes políticos, serve muito mais como indicação de que vidas como a dela não importam. “Quando uma mulher negra, fave-

lada, LGBT, está nesse contexto político, empoderada, com cargo para o qual foi eleita, é excluída dessa forma”. Jaqueline Gomes acrescenta, ainda, que a Intervenção faz parte da lógica de violência sistêmica contra as comunidades carentes do Rio de Janeiro.

ONU: assassinato alarmante

Um comunicado da ONU alertou

para o fato de que “o assassinato de Marielle é alarmante, já que ele tem o objetivo de intimidar todos aqueles que lutam por direitos humanos e pelo Estado de direito no Brasil”. “A gente está em um contexto, latino-americano, de violações de direitos, da violência e do assassinato de defensores dos direitos humanos e do controle social sobre as favelas”, explica a professora.

A psicóloga extrapola o conceito de trauma para analisar o que está acontecendo hoje no país. “Nos formamos a partir do genocídio indígena. É um país que acredita no extermínio, na exclusão total, no assassinato do outro, como uma solução para domínio, para a não possibilidade de existência”, aponta Jaqueline Gomes. Para ela, com a escravidão



O desmonte do Judiciário Federal no Rio de Janeiro

Ricardo Quiroga*

No contexto da destruição da Constituição de 1988 por um conluio entre o governo golpista de Michel Temer, a chamada grande imprensa e os setores atrasados da elite econômica e política, é evidente que o Judiciário Federal não poderia sair ileso.

A despeito da ilusão de alguns servidores de que passariam incólumes por essa ruptura iniciada em 2016, com a quebra do pacto social estabelecido há 30 anos, o fato é que todos os trabalhadores têm sofrido ataques pesados: retirada de direitos, reforma trabalhista, ameaça de reforma da Previdência, PEC do teto de gastos, adiamento de reajustes já acordados, demissões em massa, aumento do desemprego etc.

O Judiciário Federal foi atingido em cheio pelas restrições orçamentárias, pela impossibilidade de reposição do quadro de pessoal e pelo desmonte de sua estrutura. Destaca-se, particularmente, a situação no Rio dos tribunais regionais do Trabalho e Eleitoral.

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE/RJ) sofreu um desmonte violentíssimo com o Rezoneamento, sendo extintas dezenas de zonas eleitorais, prejudicando eleitores e servidores e ferindo de morte o papel crucial desse tribunal na garantia de um processo de sufrágio democrático, transparente e legítimo. Agora, as remoções forçadas, novas lotações sem observar a realidade de cada servidor e terceirização da atividade fim vêm para arrematar esse golpe contra o serviço público e a sociedade.

Por outro lado, o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região

(TRT1) está sob grande ataque externo e interno. Desde o corte brutal que sofreu no Orçamento de 2016, feito propositalmente para sufocar a Justiça do Trabalho, o tribunal tem sofrido com os cortes e perda de servidores, sem a possibilidade de novas nomeações, ante as restrições impostas.

Somou-se a isso a reforma Trabalhista, ilegítima como o governo que a encaminhou e que, além de retirar os direitos dos trabalhadores, precarizando as relações de trabalho, procurou diminuir o papel da Justiça do Trabalho, esvaziando-a para depois justificar a sua extinção. É interesse da elite econômica e política que a Justiça do Trabalho deixe de mediar o conflito capital versus trabalho, a fim de que os patrões possam maximizar seus lucros às custas do suor dos trabalhadores.

E esse golpe se tornou ainda mais efetivo com a participação do então presidente do Tribunal Superior de Justiça (TST), Ives Gandra Filho – que a exemplo do últimos presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), colaborou com o ataque ao ramo do Judiciário que presidia. Gandra defendeu a reforma Trabalhista, colaborando para sua rápida implementação, calou-se ante aos ataques à instituição por parte dos inimigos dos trabalhadores, tentou calar as vozes dos magistrados que divergiam.

Soma-se a isso a Resolução 219 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), aplicável a todo o Judiciário Federal, mas que atinge ainda mais profundamente a Justiça do Trabalho, levando a um enxugamento completo do quadro de pessoal e ao desmonte sistemático das equipes das varas e gabinetes, com base em fórmulas e metas completamente sem fundamento e inadequadas para a realidade desse ramo.



Foto: Max Leone

Não bastasse isso, o TRT1 passou a sofrer, também, com os ataques internos, sob uma gestão que procura tratar o órgão como se fosse uma “empresa privada”. Além da defesa da reforma trabalhista e do consequente desmonte da Justiça do Trabalho, a Administração do tribunal resolveu comprovar, na prática, o famoso dito popular “casa de ferreiro, espeto de pau”. Os servidores foram vítimas de sua sanha patronal. Multiplicaram-se as sindicâncias por motivos fúteis, ampliou-se a jornada de trabalho com 4 alterações em menos de um ano, buscou-se restringir as concessões de horário especial a quem tem dependente com deficiência, decidir arbitrariamente sobre a aplicação do Teletrabalho entre outros ataques. Isso gerou um repúdio forte por parte dos servidores, aumentou o número de licenças e aposentadorias por

motivos de saúde. A sensação de não pertencimento é generalizada.

A reação do Sisejufe tem sido forte, mobilizando a categoria, utilizando os instrumentos ao seu alcance para denunciar, recorrer e derrubar as medidas draconianas da Administração do TRT1. Entretanto, muito mais do que contramedidas, é necessário que os servidores se conscientizem e se unam aos demais trabalhadores na luta por seus direitos. Nessa conjuntura, a luta isolada de uma categoria é a certeza da derrota. No caso específico do Judiciário Federal se a sociedade não entender a sua importância na defesa de direitos e garantias constitucionais, esse caminhará para o definhamento e extinção ou Terceirização de suas atividades precípua.

*Ricardo Quiroga é analista no TRT1 e diretor do Sisejufe

SAIU O
EDITAL



TRT

NÍVEL MÉDIO

Remuneração Inicial: R\$ 7.592,53

NÍVEL SUPERIOR

Remuneração Inicial: R\$ 11.890,83



Academia do Concurso

FAÇA JÁ SUA JÁ MATRÍCULA

Há 20 anos preparando para a carreira pública

21 2108-0300 | www.academiadoconcurso.com.br



Estácio

FAÇA SUA GRADUAÇÃO NA **ESTÁCIO**



APROVEITE A PARCERIA DA SUA EMPRESA
COM A ESTÁCIO **E ESTUDE COM ATÉ 40%**
DE DESCONTO. VOCÊ E SEUS DEPENDENTES.

Faça agora a sua inscrição utilizando o código promocional e aproveite essa oportunidade.

http://inscricoes.estacio.br/?cod_agente=35972

Informações: Douglas Batista (21) 97915-0125

CÓDIGO: 35972

▶ **PAR - PARCELAMENTO ESTÁCIO SEM JUROS**

Parcele até 70% das suas mensalidades

▶ **QUALIDADE RECONHECIDA**

Cursos com notas 4 e 5 pelo MEC (em uma escala de 1 a 5)

▶ **CURSOS PRESENCIAIS E A DISTÂNCIA**

Você escolhe a melhor forma de estudar

▶ **MODELO DE ENSINO ESTÁCIO**

A certeza de ter o mesmo conteúdo, independentemente da unidade Estácio, estado ou modalidade escolhida.